

Rio não tem dinheiro para rolar sua dívida

Josemar Gonçalves — 18/4/96

■ Governo cobrará juro mais alto para refinarçar débito

CRISTIANO ROMERO

BRASÍLIA — O governo do Rio de Janeiro vai ter muito mais dificuldades do que imagina para renegociar, com o governo federal, a dívida de R\$ 10 bilhões que tem com o mercado, o Banerj e outros credores. Depois de fazer uma minuciosa avaliação dos ativos (estatais, patrimônio e outros bens) que o estado tem a oferecer como garantia, o Ministério da Fazenda concluiu que o governo do Rio não dispõe dos 20% exigidos para o pagamento à vista da dívida a ser renegociada.

Por isso, para ter direito a rolar essa dívida por um prazo de 30 anos, o Estado do Rio será obrigado a pagar uma taxa de juros bem mais alta da que vem sendo cobrada de outros estados. Onze estados, entre eles, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, já renegociaram seus débitos e estão pagando prestações corrigidas pela Taxa Referencial (TR) mais juros de 6% ao ano, a mesma correção da caderneta de poupança.

Hoje, o secretário de Planejamento do governo estadual, Marco Aurélio Alencar, se reúne, em Brasília, com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, responsável pela condução do programa de ajuste fiscal dos estados. Nessa reunião, Parente dirá a Marco Aurélio Alencar que a saída possível para a problema da dívida do estado passa pelo pagamento de uma taxa de juros mais alta.

“Quem oferece dois para os 20% de amortização tem direito a financiar 10 de dívida. Quem tem apenas um de ativo só consegue



Pedro Parente, que conduz o programa de saneamento dos estados, cobrará juros mais elevados do Rio

financiar cinco de dívida. Nesse caso, o estado vai ter que pagar o custo de captação do Tesouro Nacional”, disse um técnico do governo.

Banerj — Alencar espera resolver logo a situação da dívida do estado para tentar privatizar o Banerj, cujo leilão de venda já foi adiado duas vezes. A situação, porém, não é nada animadora. “A negociação está complicada porque o Rio não tem ativos de boa qualidade, necessários para bancar os 20% exigidos no ato da assinatura do contrato”, afirmou um integrante da equipe econômica do governo. A Cerj, por exemplo, que era considerada um bom ativo, foi vendida por R\$ 605,3 milhões, mas a maior parte dos recursos foi parar

nas mãos de seu credor, o BNDES.

Na verdade, o governo federal vive uma situação curiosa. Dentro da equipe econômica, todos acham que o governador Marcello Alencar (PSDB) tem feito o dever de casa, ou seja, tem procurado sanear as contas do estado com afinco, privatizando empresas, cortando gastos e tentando administrar uma folha de pessoal que consome 80% da receita total do estado. “O Rio de Janeiro tem um problema de fluxo gravíssimo”, assinala um outro assessor do governo federal.

Cláusula — O estado, segundo avaliação do Ministério da Fazenda, compromete atualmente menos de 3% de sua receita líquida com o pagamento de suas dívidas. “Vai ser difícil elevar esse percentual de

comprometimento para 11,5%, que é o que vem sendo exigido dos outros estados”, explicou um economista do governo.

Privilegiar o estado com benefícios que não foram concedidos a outros estados é praticamente impossível. Uma das cláusulas do contrato assinado com o Rio Grande do Sul, por exemplo, estabelece que os estados ricos (SP, RJ e MG) não podem ter melhores condições de financiamento que as obtidas pelo governo gaúcho.

No governo federal, avalia-se que o estado só conseguirá sair da armadilha fiscal em que se meteu depois da aprovação, pelo Congresso Nacional, da reforma administrativa, que permitirá a demissão de funcionários públicos.